



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – CIB/PR

26/05/2020

Local: Palácio das Araucárias – SEJUF – Sala de Gestão – 7º andar.

Horário: 14h00 às 17h00

MEMBROS PARTICIPANTES

SEJUF – presencial e por web conferência	COGEMAS – participação por web conferência
Tadeu Atila Mendes (Coordenador Suplente)	José Roberto Zanchi (suplente)
Maiara de Almeida Abreu (titular)	Elias de Souza Oliveira (titular)
Renata Mareziuzek dos Santos (titular)	Mariângela Broch da Costa (titular)
Letícia Reis (titular)	Darcy Gris (titular)
Carmen Cristina Zadra (titular)	Ângela Cristina P. de Amaral (titular)
Ticyana P. Begnini (suplente)	Márcia Regina Ferreira (suplente)
Magali S. Luiz (suplente)	
Juliany Souza dos Santos (titular)	

Membros da Secretaria-Executiva:

Juliana Muller – Secretária Executiva CIB/PR

Demais Participantes: Adrianis Galdino Junior – CEAS/PR, Keity Cruz (CAOP/MP), Dra. Ana Carolina Francisquini/ Promotora e Ironi do Rocio Vieira Camargo – GSUAS/SEJUF.

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião;
2. Apresentação do panorama das ações realizadas pela DAS/SEJUF;
3. Comitê da Crise – Gestão COVID 19.

Abertura:

O Coordenador Suplente da CIB/PR, Tadeu Atila Mendes deu início à reunião saudando a todos.



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

1. Aprovação da pauta da reunião:

CIB extraordinária

O presidente do Cogemas/PR, José Roberto Zanchi, questionou a necessidade da reunião, devido a não apresentação de uma pauta contundente pela DAS/SEJUF, ou seja, assunto para apresentação, dessa maneira solicitou as seguintes inclusões:

- Informações sobre o cartão Comida Boa;
- Saldos das contas dos municípios e Covid 19;
- Panorama do Cofinanciamento da Proteção Social Básica do Estado;
- Panorama do Cofinanciamento da Proteção Social Especial do Estado;
- Panorama do Processo de discussão da Regionalização;
- Panorama do Serviço de Acolhimento Institucional;
- Resposta aos municípios da Região Metropolitana sobre o apoio do Estado ao Consórcio Público de Assistência Social;

Pauta Aprovada.

2. Apresentação do panorama das ações realizadas pela DAS/SEJUF:

Pauta não apresentada.

3. Comitê da Crise – Gestão COVID -19.

O Coordenador Suplente da CIB/PR e chefe do Departamento de Assistência Social – DAS/SEJUF, Tadeu Átila Mendes, explicou sobre a importância da realização da reunião extraordinária, ressaltando que o momento requer processos diferenciados em virtude da pandemia, assim, o mesmo entende que a CIB/PR deverá se reunir sempre que necessário. Expôs sobre a necessidade da criação de um instrumento de trabalho, que seria a organização de um Comitê com o objetivo de apreciar assuntos urgentes, com a elaboração de um plano de trabalho, para o compartilhamento de boas práticas. A proposta é que o referido comitê seja composto por especialistas para a busca de estratégias prepositivas.

O membro do Cogemas/PR, representante do município de Foz do Iguaçu, Elias de Souza, ressaltou que os municípios já estão há meses sem o apoio do Estado, com a realização de arranjos locais para o atendimento das demandas, evidenciando portanto, que o Estado deveria se voltar também as ações planejadas da política de assistencial social, além das emergenciais em virtude da pandemia, e que a equipe da gestão estadual deveria ser mais ouvida.

Falou sobre as ações do Cartão Comida Boa, e sobre sua indignação quanto ao processo estabelecido, onde as pessoas estão sendo extremamente humilhadas e desrespeitadas, onde se não fosse a presença do MP, o município já teria sido notificado.



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

Tadeu então ressaltou mais uma vez sobre a importância da organização do Comitê, para que sejam propostas novas ações e definições, falou sobre a Carta Pública que está sendo realizada pelo CEAS/PR, e que os municípios também podem e devem fazer esse movimento democrático. Sendo contrário a organização do comitê, o presidente do Cogemas, José Roberto Zanchi, enfatizou que o secretário da SEJUF não se preocupa com a política de Assistência Social e com a rede de proteção, assim, propôs o envio do material dos municípios que estão sendo produzidos para a utilização do Estado.

Tadeu enfatizou que a câmara técnica não é um plano de contingência para se copiar dados, na concepção, a proposta era efetivar um grupo de trabalho para que se possa indicar caminhos pré, COVID atual, e pós pandemia para a Assistência Social.

Elias explicou que no atual cenário e estágio, os municípios já se organizaram e tomaram uma série de providências. Onde a fase que precisa ser pensada, como por exemplo, é a transição dos serviços emergenciais que foram criados para o âmbito da normalidade. Situação esta, que também já está sendo analisada. Assim, ressaltou que é preciso entender melhor a finalidade e o objetivo da referida Câmara Técnica, pois ao analisar o documento que foi enviado, o Cogemas entende que os municípios com base nas legislações, e com o acompanhamento do MP, já estão tomando as providências necessárias.

Assim, o Coordenador Suplente, Tadeu Atila, propôs a reanálise quanto à necessidade da organização da Câmara Técnica, com o agendamento da reunião em uma próxima data.

Registra-se a dificuldade de comunicação devido problemas na conexão da rede Wi-Fi, e sem avanços nas discussões, não ocorreram pactuações, com a suspensão da reunião.

Antes da suspensão, a Coordenadora da Proteção Social Especial – DPSE-DAS/SEJUF, Juliany dos Santos, repassou os seguintes informes:

- solicitou atenção e urgência aos municípios na realização do termo de adesão dos Serviços de Acolhimento para Adultos e Famílias na modalidade Casa de Passagem Regionalizada (Del. 030/2018 – CEAS/) por meio do SIFF, que será até o dia 30 de maio de 2020;

- informações sobre o trâmite do processo da destinação do valor de um milhão de reais, provenientes da Emenda Parlamentar (Ad referendum 012/2019 – Ceas/PR) para a rede socioassistencial de serviço de acolhimento à mulher em situação de violência. Onde após uma série de problemas que ocorreram na plataforma SIGTV (todos reportados ao governo federal), na semana passada todos foram resolvidos, com a realização da inserção da programação orçamentária dos valores aos municípios. Após esse trâmite, com a finalização e conclusão pelo governo federal, o recurso será repassado fundo a fundo.